

Lutas sociais na nova (des)ordem: o 11 de setembro e após

*Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida**

Resumo:

Encerrada a Guerra-Fria, pareceu se instalar uma duradoura nova ordem mundial sob a hegemonia da única superpotência planetária. Em pouco tempo, este ordenamento se revelou bastante precário, apesar da recorrente afirmação de supremacia político-militar norte-americana. As novas lutas sociais desempenharam papel decisivo para a produção e visibilidade desta crise de hegemonia. Em que medida, seus avanços ficaram comprometidos pelos impactos políticos dos atentados de 11 de setembro de 2001? Inversamente, a nova conjuntura é favorável à recomposição da hegemonia norte-americana? O presente artigo é um esboço de contribuição para o exame dos nexos entre lutas sociais e relações internacionais neste turbulento início de milênio.

Dispensando qualquer sutileza, batalhões de intelectuais, meios de comunicação inclusos, alinharam-se na defesa da mais recente ofensiva imperialista do Grande Irmão do Norte. Afinal, é mais que uma guerra. Uma cruzada!

Por outro lado, se levarmos em conta o que ocorreu durante a guerra contra o Iraque e, mais tarde, contra a Iugoslávia, aumentaram as vozes dissonantes. Muitos intelectuais criticaram a política dos Estados Unidos e denunciaram os processo de satanização de árabes e muçulmanos (quase sempre embrulhados no mesmo pacote). Mais importante: apesar do bombardeio ideológico, amplos contingentes populares, nos mais diversos países, expressavam a percepção de que, de algum modo, o Estado norte-americano colhia o que semeara e se declaravam contra a guerra ao Afeganistão. Enfim, a Al Jazeera, uma rede de tevê sediada no Qatar, se revelou mais credível (e, no contexto, ideologicamente mais eficaz) do que o aparentemente inexpugnável dispositivo de comunicações a serviço do “nós”. Outra torre ameaçou ruir.

O Estado norte-americano, para invadir o Afeganistão, foi obrigado a se envolver em uma série de manobras que revelaram a situação de miséria em que se encontrava a política externa da maior potência planetária. As trapalhadas em relação ao instável equilíbrio político-militar do planeta, apesar de reforçarem a imensa supermacia norte-americana no plano internacional e ampliarem o apoio interno a um governo que, mal iniciado, cambaleava, parecem expressar uma crise de hegemonia.

* Departamento de Política da PUC-SP.

A situação exige análise, prudência e firmeza. As amargas experiências do século passado já demonstraram, em primeiro lugar, que nem tudo o que se opõe à hegemonia significa alternativa e ela. Em segundo, que crise de hegemonia não resulta necessariamente em vitória das forças contra-hegemônicas. Pode dar fascismo.

Em se tratando de hegemonia, não convém iniciar pelos eventos mais imediatos. Ao contrário, para examinarmos com alguma profundidade a possível importância histórica do 11 de setembro, é preciso reconstituir alguns aspectos do contexto do pós-Guerra Fria, o que supõe, ao menos, uma rápida incursão pelo período anterior (a própria Guerra Fria). Só então nos atreveremos a arriscar uma avaliação da importância daquela manhã traumática e esboçar algumas hipóteses sobre o futuro imediato. Trata-se de um esforço preliminar e sujeito a inúmeras limitações: simplificações, imprecisões e outros senões. Sua importância consiste em chamar a atenção para a necessidade de preencher uma lacuna histórica nas análises críticas produzidas no Brasil, onde não se costuma buscar as conexões entre as lutas sociais e as relações internacionais.

Lutas sociais na Guerra Fria

Já antes que a segunda grande guerra terminasse, em 1945, se desenhava um sistema bipolar instável entre dois adversários cujas forças e estratégias eram bastante diferenciadas. Dois importantes fatores de instabilidade eram, em primeiro lugar, a imensa zona cinzenta constituída pelas regiões que permaneciam fora da influência direta de cada superpotência; em segundo, a capacidade ou incapacidade de cada uma destas manter o controle sobre sua própria área de influência. A maior agressividade militar dos EUA não os impedia de ficar, diversas vezes, até o final dos anos 70, em posição nitidamente defensiva, sem que isto decorresse de iniciativas tomadas diretamente pela URSS. Esta, por sua vez, compartilhava com seu adversário maior a preocupação em manter sob controle os movimentos anti-sistêmicos. Mesmo assim, este equilíbrio instável colocou o planeta à beira de uma catástrofe nuclear.

O próprio equilíbrio nuclear contribuiu para que houvesse uma extrema habilidade em evitar que a guerra fria “esquentasse”. Isto implicou, fundamentalmente, evitar o choque militar direto em conflitos localizados. Neste particular, os principais focos de tensão foram com as negociações efetuadas no bojo da crise dos mísseis, em 1962.

A segunda medida para evitar o apocalipse foi o respeito às iniciativas de cada superpotência para manter o controle sobre suas respectivas áreas de

influência¹. Um outro cuidado foi, após o final da segunda grande guerra, evitar o uso de armas nucleares, especialmente a partir de 1949, quando a URSS produziu sua primeira bomba atômica.

Ao longo das três primeiras décadas da Guerra Fria, houve significativo avanço de dois grandes conjuntos de lutas dos dominados: os movimentos de libertação nacional e, especialmente em alguns países melhor inseridos no bloco hegemônico pelos EUA, as lutas operárias e populares por interesses imediatos, ou seja, realizáveis no interior do próprio sistema capitalista.

A presença de aspectos antiimperialistas em diversos movimentos de libertação nacional contribuía para que vários destes assumissem projetos que, de algum modo, se apresentavam como socialistas. Nos anos 50, esta dupla tendência se acentuou, especialmente após a Conferência de Bandung, que deu origem ao chamado bloco dos não-alinhados. Não foram poucos os Estados nacionais que, na África e na Ásia (inclusive no chamado mundo árabe) se intitularam socialistas. Estes movimentos despertaram grandes esperanças em populações espoliadas por séculos de colonialismo, representavam sérias derrotas para Estados imperialistas ocidentais e, ao se aproximarem da URSS, levaram os EUA a alterar sua posição original de apoio ao processo de descolonização.

Em suma, boa parte do período da guerra fria foi marcada por uma turbulência em amplas regiões da periferia do bloco hegemônico pelos EUA, o que, objetivamente, favorecia a posição do bloco mais fraco, liderado pela URSS, o qual, apesar de percalços, como a perda da Iugoslávia, a denúncia dos crimes de Stalin por Nikita Krushev e a ruptura com o Estado chinês, expandia sua área de atuação.

Em países de capitalismo avançado, definiu-se um padrão de lutas operárias e populares que, baseado em sólidos aparatos sindicais e partidários, foi incapaz de destruir o sistema, mas revelou grande capacidade para conquistar importantes vitórias no interior deste, contribuindo para a instauração do chamado “compromisso social-democrata”.

Neste processo, o imperialismo hegemônico pelos EUA ficou, até os anos 70, sob o fogo cruzado de lutas no centro e na periferia. Uma questão bastante debatida na época e que chegou a dar origem a alguns livros era a de por quanto tempo o capitalismo, identificado com “o lado de cá”, sobreviveria.

No frígido dos ovos, foi o outro lado que entrou em colapso.

¹ A grande exceção foi Cuba, cujo processo revolucionário se desenvolveu fora do controle (e, durante muito tempo, da intelegibilidade) das superpotências.

Diversos fatores contribuíram para que a correlação de forças pendesse decisivamente a favor do bloco “ocidental” e se relacionavam estreitamente com os desdobramentos das lutas sociais. Mesmo na ausência de uma periodização mais refinada, três desses fatores podem ser mencionados: 1) a URSS enfrentava dificuldades crescentes para assegurar a hegemonia no seu próprio bloco²; 2) desencadeava-se, especialmente sob a inspiração da revolução cubana e da guerra de guerrilhas vietnamita, um novo ciclo de lutas antiimperialistas, especialmente na África e na América Latina; 3) especialmente a partir de 1968, várias lutas sociais nos países de capitalismo central ameaçavam transbordar o “compromisso social-democrata” que, por outro lado, se defrontava com uma forte tendência à queda de lucratividade do capital industrial³.

É preciso evitar algumas unilateralidades. Os avanços das lutas anticapitalistas e antiimperialistas durante a guerra-fria não embasam qualquer nostalgia dos “anos dourados”, até porque estas lutas, além de sérias limitações internas, nem sempre eram convergentes⁴. Levar em conta que a existência de dois blocos ampliava a margem de manobra para as lutas mencionadas acima não implica supor que a URSS apoiava as lutas revolucionárias, ou mesmo antiditatoriais, no mundo inteiro. Os movimentos nacionalistas, bastante heterogêneos, não impediram (muito pelo contrário) uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo, que, seja do ponto de vista econômico (“financeiro” em maior amplitude, mas também produtivo), como ideológico, trespassou o bloco hegemônico pela URSS. Esta reprodução ampliada do capitalismo em escala mundial sobrecarregou as “tarefas” dos Estados nacionais para organizarem a dominação de classe em “seus” respectivos espaços de jurisdição, problema que se agravou com a crise do sistema a partir da segunda metade dos anos 70.

Este foi o contexto da contra-ofensiva neoliberal, cujo pacote incluía a abertura comercial; o livre fluxo de capitais; a chamada reestruturação

² Consulte-se, a este respeito, a clássica polêmica travada, em 1968, por Paul Sweezy e Charles Bettelheim acerca da URSS e de sua intervenção na Tcheco-Eslováquia. Ambos os autores concordavam quanto à inexistência de socialismo na Europa do Leste e que a invasão da Tchecoslováquia era uma tentativa de evitar que o descontentamento popular se propagasse por toda a região, inclusive na própria URSS (Bettelheim e Sweezy, 1972). No plano teórico-ideológico, o marxismo soviético estava nitidamente na defensiva; proliferavam organizações comunistas contrárias à estrutura da URSS e à política implementada pelo estado soviético; e os estudos críticos mais contundentes em relação ao caráter da sociedade soviética eram produzidos por intelectuais que se proclamavam marxistas.

³ A este respeito, a literatura é vasta. Limito-me a citar o já clássico artigo de Anderson (1996), e a coletânea dirigida por Dumenil e Lévy (1999).

⁴ Grande parte da produção intelectual de bom nível – inclusive de origem hollywoodiana – produziu críticas mais ou menos mordazes e, inclusive, desesperadas, ao “welfare state way of life”. Lembremo-nos, por exemplo, da produção frankfurtina do período. Um texto sobre a “condição operária” na França, extremamente crítico à política da CGT e do PCF, foi escrito por Linhard (1978). Uma abordagem crítica do movimento operário na época tem sido, feita, entre outros, por Bihr (1998 e 2001).

produtiva; a repressão aos movimentos sociais; e o endurecimento do confronto com a URSS. Tratava-se de um elenco de medidas que, implementadas desigualmente, teve o efeito de impor uma séria derrota aos movimentos operários e populares no centro e na periferia, aos movimentos nacionalistas do chamado terceiro mundo e chegou ao ponto culminante com o colapso da URSS e seus Estados clientes.

Terminada a guerra fria, o discurso dominante, inclusive nos meios acadêmicos, era que a humanidade ingressava em uma nova era de paz, de prosperidade e de triunfo da democracia liberal, a um ponto em que se difundiu, mais uma vez, a tese de que a história havia chegado ao fim.

Com a classe operária passando por uma série de mutações, os antigos projetos nacionalistas originários dos movimentos de libertação nacional engolidos por fundamentalismos dos mais diversos tipos, e a nova rodada de transnacionalização do capitalismo, parecia, de fato que a história havia chegado ao fim. Era o fundo do poço dos movimentos sociais.

Século XXI, século norte-americano? Os EUA tornaram a única superpotência; coordenaram com sucesso a guerra contra o Iraque; no ano da inauguração do euro, impuseram à França e à Alemanha (para não falar na Inglaterra e demais países tradicionalmente submissos à política externa norte-americana) a invasão a um país europeu (a Iugoslávia) e estenderam o flanco sul da OTAN, avançando sua capacidade de intervenção militar para mais perto do território russo; e as políticas neoliberais haviam triunfado sob todos os aspectos, exceto no que se refere à rentabilidade do capital produtivo. Para completar, os EUA foram um dos dois países relevantes no cenário internacional (o outro foi a China) a terem elevadas taxas de crescimento econômico durante os anos Clinton. A expressão “Império Americano” passou a se tornar corriqueira.

Todavia, ao contrário do que se alardeara, na “nova ordem” as estruturas de dominação se fortaleceram, entre formações sociais e no interior de cada uma delas (inclusive as imperialistas). Um continente inteiro, a África, viu suas esperanças se desvanecerem e, exceto no que se refere à exportação de petróleo, ficou praticamente confinado nos circuitos macabros das relações internacionais. O fracasso do “Projeto de Bandung”⁵, ou seja de políticas nacional-burguesas, especialmente de seus projetos de industrialização via capitalismo de Estado, deixou um rosário de frustrações que contribuiriam para reforçar etnicismos em quase todo o planeta, inclusive, para o que interessa aqui, entre os povos islâmicos. Na América Latina, transições democráticas revelaram extrema docilidade frente ao grande capital, com

⁵ A expressão é de Samir Amin (1994), que se refere à Conferência de Bandung (1955), ponto de partida para a criação do bloco dos países “não alinhados”. O apresenta sugestões valiosas para o exame de processos de etnicização, especialmente no que se refere às frustrações produzidas pelos projetos nacionais (no centro e na periferia) e pelas experiências ditas socialistas.

direito à tribuna de honra para as “oligarquias” mais tradicionais. As mesmas classes dominantes, às vezes dirigidas pelas mesmas pessoas físicas (reforçadas por amplos contingentes de ex-membros da antiga esquerda), se mantiveram no poder, com uma revitalizada voracidade espoliativa. O resultado tem sido impasses que nenhuma tentativa de criar “conceitos” novos, como “democracia delegativa”⁶, pode disfarçar.

Rachaduras na nova (des)ordem

Em um evento altamente simbólico, em 1o. de janeiro de 1994, no mesmo dia em que se inaugurava o NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), poucos meses após a publicação da *Utopia desarmada*, de Jorge Castañeda (atual ministro do governo Fox), veio à luz, no sul do México, a guerrilha liderada pelo EZLN. Iniciado na década anterior, é um movimento que articula, em termos progressistas, o nacional e o étnico. Ou se apoia em um internacionalismo de novo tipo ou perece rapidamente, até porque não dispõe do apoio, material ou simbólico, de qualquer Estado-guia. Muito pouco institucionalista, é movido fundamentalmente a ideologia, pois seus recursos militares são pífios. Encerrando uma longa fase em que se afirmava que o internacionalismo era essencialmente burguês, o EZLN promoveu, de 27 de julho a 3 de agosto de 1996, o I Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo. Partindo do étnico ao “intergalático”, tentava resolver ao seu modo o problema com que novamente se deparou toda uma nova onda de lutas sociais, cada uma com suas particularidades, que atravessaria a América Latina, do México à Argentina: como se atualizar frente à questão nacional? Como tentar, mais uma vez, travar a luta antiimperialista sem sucumbir ao conto de sereia do nacionalismo? Isto implica, objetivamente, contradições com o Estado norte-americano, principal pilar do capitalismo também nesta nova rodada de transnacionalização.

No Oriente Médio, a resistência popular palestina aumentou, revelando a política intransigente e terrorista do Estado israelense. Como este depende dramaticamente do apoio norte-americano, o conceito dos EUA entre as massas islâmicas, que já não era dos melhores, piorou.

Na segunda metade dos anos 90, algumas lutas expressaram de maneira mais clara as novas tendências que se gestavam. Na Europa de capitalismo avançado, as marchas internacionais contra o desemprego

⁶ A este respeito, Ricardo Silva (1995). Críticas mais abrangentes às análises predominantes nos círculos acadêmicos sobre os recentes processos de transição política na América Latina foram feitas por, entre outros, Gabriel Vitullo (2001) e Stéphane Monclaire (2001). Na medida em que as análises criticadas edulcoram os referidos processos, estes também são, indiretamente, objetos da crítica feita pelos autores.

demonstraram a vitalidade de um novo sindicalismo relativamente desvinculado das grandes estruturas burocráticas que marcaram o século XX e capazes de unificar lutas de trabalhadores empregados e desempregados⁷. As greves realizadas na França, em 1995, e a dos trabalhadores da UPS, nos EUA, em 1997, ambas contando com o apoio da grande maioria da sociedade, ajudaram a, no mínimo relativizar as teses sobre os efeitos devastadores a perda de combatividade dos trabalhadores nos países hegemônicos⁸. O processo movido contra Pinochet, que se encontrava em tratamento de saúde na Inglaterra, contribuiu para mobilizar a luta democrática em diversos países e recuperar a memória histórica sobre os anos de chumbo na América Latina. Milhões de jovens ficaram sabendo como se construiu a chamada vitrina do neoliberalismo e, especialmente, o papel que os EUA desempenharam no apoio aos golpes de Estado e à instalação de ditaduras “amigas” por todo o continente.

A grande novidade em matéria de novas lutas internacionalistas⁹ ocorreria ao apagar das luzes dos anos 90, em Seattle, quando o que era para ser a consagração da Organização Mundial do Comércio foi transformado em fiasco por uma miríade de organizações e movimentos sociais. A partir de então, se intensificaram as lutas que, na falta de um nome melhor, são chamadas de “antiglobalização” e têm, entre outras coisas, infernizado as tentativas de encontros triunfais dos que se propõem a executivos do capitalismo transnacionalizado. A rodada se repetiu em Washington, contra a reunião semestral do FMI (abril/00); Praga, contra o FMI e o Banco Mundial (setembro/00); Québec, contra o “encontro das Américas”, que reunia 32 chefes de Estado (abril/01); e Gênova, contra a reunião do G-8 (junho/01)¹⁰. Os quaquilionários do planeta perderam muito de seu charme, a ponto de a prefeitura de Davos, na Suíça, onde estavam se reunindo todos os anos, se preocupar com a imagem da apazível cidade. E a reunião OMC se realizou quase clandestinamente no deserto, em Doha, no Qatar¹¹. Contra o dogma de que não havia alternativa ao neoliberalismo, difundia-se a convicção de que um outro mundo não só é possível, mas necessário.

Ao seu modo, o governo Bush, nascido de uma eleição suspeita, que depois se revelaria fraudulenta, contribuiu para reforçar essa certeza, ao

⁷ A este respeito, ler, por exemplo, o artigo de Christophe Aguiton, que participa da coordenação dessas marchas internacionais contra o desemprego. O autor destaca o papel de setores ligados a sindicatos tradicionais na origem desses movimentos.

⁸ Sobre as greves de 1995, na França, consultar a coletânea organizada por Vakaloulis (1999) e o artigo de Andréa Galvão, publicado neste número de *Lutas Sociais*. Oliveira Santos (1999) analisa a greve dos trabalhadores da UPS no contexto das alterações das relações de classe nos países de capitalismo avançado, especialmente o norte-americano.

⁹ Para alguns autores, como Rogalski (2001), a novidade consiste no encontro entre internacionalistas e novos mundialistas.

¹⁰ Ver, a este respeito, no final da imprescindível coletânea organizada por Seoane e Taddei, (2001), uma cronologia mais precisa.

¹¹ Tanquilidade também favorecida pela nova correlação pós-11 de setembro.

anunciar projetos de exploração petrolífera com altíssimos riscos ambientais, denunciar o protocolo de Kioto e retomar o projeto “Guerra nas Estrelas”. Outros fatos se acumulavam nesta espécie de inferno astral vivido pela política externa norte-americana. Em março, os Estados Unidos foram expulsos da Comissão de Direitos Humanos da ONU e, juntamente com Israel, acabaram se retirando da Conferência contra o racismo, realizada em Durban.

Enfim, a tempestade econômica chegou ao último bastião do capitalismo avançado. Ao longo dos doze meses anteriores à queda das torres gêmeas, a economia norte-americana já estava em crise e, conforme anunciou oficialmente um comitê de economistas do NBER (Serviço Nacional de Pesquisa Econômica), os EUA “estão em recessão desde março”¹².

Podemos, portanto, sem grandes triunfalismos *ex-post*, sugerir que novas lutas sociais avançavam, ao mesmo tempo em que se manifestavam sérios indícios de que a nova ordem mundial apresentava fissuras que abriam importantes brechas para a construção de uma contra-hegemonia. Em que sentido os atentados de 11 de setembro interferiram nesta situação?

Nem tudo o que reluz é ouro

Qualquer tentativa de resposta a esta questão crucial requer uma extrema cautela, pois diversos aspectos relacionados com os episódios de 11 de setembro não foram esclarecidos¹³. Até o momento em que escrevo este artigo, a participação do Taleban nos atentados não foi provada e a recusa de Bush à proposta de negociação aumenta as suspeitas de que, antes de 11 de setembro, os EUA já se preparavam para invadir o Afeganistão.

Mesmo assim, algumas formulações importantes foram apresentadas por diversos autores mais motivados pelo senso crítico. Estes seguiram, por exemplo, o caminho oposto ao trilhado por muitos especialistas que se esmeraram em explicar, sempre aludindo à experiência soviética, porque os EUA, devido à topografia da região, teriam imensas dificuldades para derrotar o Taleban¹⁴.

¹² Segundo o mesmo instituto, “desde 1930 as três maiores economias do mundo (EUA, Europa e Japão) não enfrentavam crise tão sincronizada”. Um dos membros do NBER declarou que “o fato de o mundo inteiro estar virtualmente em recessão ao mesmo tempo irá contribuir para a duração e para a severidade da crise”. *Folha de S. Paulo*, 27/11/2001. Quando escrevo este artigo, intensifica-se o debate sobre a duração e profundidade da crise econômica norte-americana e as perspectivas da China, cuja economia, continua crescendo, embora a taxas menores.

¹³ Ler, a este respeito, a instigante entrevista de Miguel U. Rodrigues (1992).

¹⁴ Cito, por exemplo, trecho do excelente artigo de Wallerstein (2001): “Tengo pocas dudas de que Estados Unidos pueda bombardear Afganistán, probablemente derrocar al regimen talibán y posiblemente matar a Bin Laden”. Obviamente, para o autor, o mais importante é examinar os perigosos desdobramentos políticos deste imbrólio.

Os que exageraram na análise topográfica cometeram um triplo equívoco: ignoraram que a luta contra a invasão soviética se deu no contexto da guerra fria, sendo apoiada por uma coalizão de países extremamente ampla, com especial destaque para a maior potência econômica e militar do planeta; esqueceram-se de que a invasão soviética não contou com apoio popular interno, ao contrário da feita pelos EUA, cuja população, traumatizada pelos atentados do 11 de setembro, se unificou a favor do ataque ao Afeganistão; não perceberam que, inversamente ao caso da URSS que, solitariamente, enfrentou um país relativamente coeso (em grande parte, devido à própria invasão soviética) e apoiado por uma formidável aliança internacional, desta vez um país muito mais dividido e totalmente isolado foi invadido por uma extraordinária coalizão, da qual participam (ou se dispõem a participar) praticamente todos os Estados imperialistas. No fundo, despolitizam as lutas, tornando seu desfecho uma simples questão de capacidade tecnológica. Entram de coadjuvantes na cobertura estilo video-game feita pela grande imprensa: os EUA têm a força e, apesar de todo o clima de suspense, no final sempre vencem. O pior é quando confundem questões estratégicas da política norte-americana com o discurso bushiano contra o terrorismo.

Múltiplas faces da direita neste início de milênio

O governo Bush adquiriu, em poucas horas, um formidável apoio que lhe assegura recursos econômicos e políticos para realizar políticas inimagináveis antes dos atentados. No plano interno, liberdades democráticas têm sido violadas. A lei antiterrorista (“lei patriótica”), permite prender suspeitos quase indefinidamente, violar sua correspondência, inclusive via internet, grampear seus telefones, vasculhar seus domicílios sem mandato judicial, deportá-los. Nos grandes meios de comunicação, como a CNN e o semanário *Newsweek*, a prática da tortura é defendida como legítima. No *Chicago Tribune*, Steve Chapman, teve a brilhante idéia de lembrar que um Estado democrático como Israel não hesita em torturar 85% dos detidos palestinos. Em total desprezo às convenções de Genebra, a ordem é liquidar os membros da Al-Khaeda mesmo quando se rendem¹⁵. Outros governos de países imperialistas se dispõem a ingressar nesta cruzada antidemocrática, que pode contribuir para a montagem de Estados policiais no centro do sistema capitalista internacional. Aproveitando a conjuntura, os parlamentos dos países membros da União Européia, em plena “onda rosa”, discutem uma proposta de harmonizar as legislações repressivas, inspirada nas leis britânicas contra o terrorismo aprovadas em 2000¹⁶. E os EUA conseguiram articular

¹⁵Ver o editorial um tanto desesperado de Ramonet (2002).

¹⁶ As propostas, elaboradas pela Comissão Européia antes do 11 de setembro, criminalizam praticamente todas as lutas sociais, a começar pelas clássicas formas de manifestação do movimento operário (Chesnais e Jérémie, 2001).

um leque de forças que lhes permite avançar posições na Eurásia, região considerada estratégica para a disputa pela hegemonia no século XXI.

As lutas sociais recuaram ao longo do segundo semestre de 2001. Mas seu potencial, mesmo sem organização política consistente, é bastante elevado, como se evidenciou com as sucessivas deposições de governo na Argentina, onde se implementava, quase em situação de laboratório, uma política claramente apoiada pelos EUA. Os desdobramentos da crise política argentina, na qual se entrelaçam lutas sociais e questão nacional, serão importantes para clarificar a nova correlação de forças.

Qualquer crítica à tese do choque de civilizações deve, em primeiro lugar, destacar as contradições existentes no interior do “mundo ocidental”, que os dominantes procuram apresentar como homogêneo e isento de antagonismos. Deve, em segundo lugar, examinar quais são as forças em luta no mundo islâmico. Deve, enfim, levar em conta, as múltiplas conexões entre as direitas em ambos os “mundos”. Neste sentido, muitos analistas têm lembrado que o Taleban e a Al Kaheda foram nutridos pela atual superpotência planetária¹⁷. Mas é preciso cavar mais fundo.

Grande parte das críticas ao chamado “fundamentalismo islâmico”, mesmo entre boa parte dos círculos acadêmicos, tem sido seletivamente oportunista. É complacente com ditaduras islâmicas “amigas” dos EUA; desqualifica a resistência palestina, relegando-a ao obscurantismo “medieval”; silencia sobre o “fundamentalismo” da direita israelense e sua feroz defesa de um Estado étnico e teocrático; oculta o estreito nexos que tem existido entre o avanço do neoliberalismo (outra expressão de fundamentalismo) e o rosário de miséria e destruição de vínculos de solidariedade social que disseminou pelo mundo afora¹⁸. Ao mesmo tempo – e eis o fundamental – silencia sobre a repressão sistemática, exercida, ao longo de décadas, sobre a esquerda islâmica. **Guardadas as inúmeras diferenças**, este é o traço de união entre a política dos EUA, dos Estados do Oriente Médio, inclusive o de Israel, a Al Kaheda e o Taleban. Esta milícia, aquela organização e seu principal dirigente, nunca foram de esquerda (seja qual for a conotação que se atribua ao termo) e jamais tiveram a pretensão de se apresentar como tais. Onde atuaram, antes do 11 de setembro, no Afeganistão, na Tchecôquia e nos Balcãs, foi em estreita articulação com a CIA e congêneres. Frente a este contexto, é de uma pobreza explicativa atroz, o que não elimina sua eficácia político-ideológica.

Esta é a primeira clivagem a ser levada em conta e se relaciona estreitamente com uma outra contradição que tem sido mencionada, de

¹⁷ Cerca de 60% da heroína consumida nos EUA tem sido produzida ao longo da região fronteiriça afegã-paquistanesa (Noctiummes e Page, 2001). Em nome do objetivo estratégico de combater a URSS, a CIA fez vistas grossas a esta saudável atividade, ao mesmo tempo em que os Estados Unidos e seus porta-vozes faziam um verdadeiro bombardeio propagandístico para vincular as FARC ao narcotráfico.

¹⁸ A literatura a este respeito é vasta. Limite-me a citar Chossudovsky (1999).

distintos modos, por diversos autores críticos. Trata-se das diferentes apropriações do islamismo: de um lado, pelas classes dominantes de alguns países, como a Arábia Saudita e o Paquistão; de outro, pela imensa maioria das classes populares islâmicas no Oriente Médio e alhures. Aquelas são pró-Estados Unidos e procuram implementar um processo altamente controlado e seletivo de modernização conservadora. Já o islamismo popular é, em geral, profundamente contrário à política imperialista dos Estados Unidos, mas desprovido, no momento, de uma forte liderança de esquerda¹⁹. Alguns autores sugerem ser ele a base social que os integristas buscam capturar com vistas à conquista do poder político em países islâmicos estratégicos e cujos governos são mais facilmente identificáveis como traidores. Se isto faz sentido, atentados como o de 11 de setembro, podem ter, ao contrário do que supõe Marc Ferro, um alvo político definido: desestabilizar e, em seguida, depor governos islâmicos pró-EUA, especialmente o da Arábia Saudita. Alguns estudiosos vão além e afirmam que o verdadeiro objetivo era “a comunidade muçulmana” (1,4 bilhões de pessoas), que se estende Rabat a Djakarta, passando por Lagos e pelas periferias das cidades européias. É o caso de Michel Rogalski, para quem o integrista islâmico é uma força em ascensão. Neste sentido, a incompatibilidade dos movimentos internacionalistas com os atentados não seria apenas de método (repúdio ao terrorismo), mas envolveria uma radical incompatibilidade de projetos políticos. Acho difícil discordar deste autor quando ele afirma que “a escolha não é entre Bin Laden e Bush. É entre Bin Laden e os progressistas do mundo muçulmano”²⁰.

Qualquer erro de avaliação a este respeito pode levar as lutas sociais a becos sem saída.

Não se pode ignorar o papel central do Estado norte-americano neste processo, inclusive como potência opressora e agressora. Daí o imenso impacto simbólico produzido pelos ataques a centros nevadáicos do império, os quais pareciam, até então inexpugnáveis. É preciso repudiar os atentados de 11 de novembro e também a guerra ao Afeganistão. Nunca é demais repetir que, desde os estertores da segunda grande guerra, sua política externa dos EUA tem estado intimamente ligada ao terrorismo, estatal ou não estatal. Não é porque são, como diria Bush Junior, “do mal”. É, fundamentalmente, porque são uma potência imperialista.

Tampouco se trata de uma escolha, como sugerem diversos cientistas políticos, entre iniciativas “hegemônicas”, por meio das quais os EUA²¹

¹⁹ Ver, a este respeito, o já citado artigo de Wallerstein e a entrevista de Marc Ferro publicada na *Folha de S. Paulo*, 25/12/01.

²⁰ Insisto em que estas considerações independem do conhecimento minucioso dos atentados de 11 de setembro de 2001, inclusive no que se refere aos autores mais imediatos.

²¹ Cujos dirigentes querem “mais arrocho na Argentina” e já anunciaram o final da “curta lua-de-mel com Pequim” e, quando escrevo este artigo, se esmeram e elaboram a

arbitrem sabiamente os conflitos no interior de seu império planetário, e uma política agressiva e arrogante, que desperta ressentimentos por toda a parte. A alternativa é falsa e só fascina aqueles que não se interessam em desvendar os estreitos vínculos entre: 1) imperialismo e guerra; 2) a atual fase de transnacionalização do capitalismo em crise e os projetos imperiais assumidos explicitamente pelos que dirigem a política do Estado norte-americano. Realizar este projeto passa pelo confronto com qualquer força que represente oposição real ou potencial à supremacia norte-americana.

Para os que acham que “um outro mundo é possível” e se dispõem a lutar por ele, interessa reforçar todos os movimentos, fóruns, publicações, etc., que possibilitem atualizar os debates sobre o imperialismo e como melhor enfrentá-lo neste início de milênio. Este enfrentamento será enraizado nacionalmente. Em um tabuleiro cada vez mais planetário, deverá ser necessariamente internacionalista.

Neste sentido, a luta contra a Alca tem tudo para se tornar um divisor de águas, a começar pelas forças internas a cada país situado ao sul do Rio Grande, mas com implicações cruciais para as ações conjuntas com movimentos também (ou principalmente) enraizados nos EUA e Canadá. À medida que as lutas contra-hegemônicas se desenvolverem, ficará mais claro quem, em nome do “livre comércio” apoiará a repressão às lutas de resistência contra a iniciativa imperial para criar, no continente americano, um novo tipo de prisão dos povos. Também ficará claro quem, em nome da retórica institucionalista, denunciará com palavras a “arrogância” dos EUA, mas evitará (se, possível, reprimirá), em nome da “democracia” e da “governabilidade”, manifestações coletivas com vistas a resistir mais efetivamente a esta nova ofensiva imperialista que, como no passado, não se sustenta apenas em forças “externas”. Também ficará claro quem acena para a independência nacional com vistas a barganhar uma nova inserção “mais soberana”, mesmo às custas das liberdades de organização e de luta dos explorados. Ou seja, quem, em nome do “altos interesses nacionais”, vai à ditadura, mas foge do antiimperialismo.

A força dos poucos beneficiários da nova ofensiva imperial é grande e, como temos visto, não se deterá em nome de nenhum princípio democrático. A gama dos interesses prejudicados é imensa, o que possibilita amplas frentes de resistência, as quais, por sua vez, exigirão novas formas de efetivo exercício da democracia. Portanto, a luta contra a ALCA atualiza, teórica e praticamente, o desafio de articular democracia e antiimperialismo²².

relação dos países que fazem parte do chamado “eixo do mal” e, portanto, são passíveis de ataque dos EUA, inclusive com uso de armas nucleares. *Folha de S. Paulo*, respectivamente 22 e 30/12/01, e *New York Times*, 10/2/02.

²² Embora não lhe caiba qualquer papel de vanguarda neste processo, o II Fórum Social Mundial, com todas as críticas que lhe podem ser feitas, proporcionou excelentes ocasiões para o criativo exercício desta articulação. A principal delas foi exatamente a marcha contra a ALCA, a principal manifestação efetivamente (quanto à composição,

Neste particular, a luta para democratizar os meios de comunicação, mesmo com os empecilhos impostos pelo próprio capitalismo, é crucial para que os novos proletários deste mundo adquiram mais meios de se informarem e organizarem uma alternativa à atual (des)ordem que nada tem a lhes oferecer além da barbárie nua e crua.

BIBLIOGRAFIA

- AGUITON, Christophe (1998). "Francia: ha nacido un nuevo movimiento social". *Lutas Sociais*, 4.
- AMIM, Samir (1994). *L'éthnie à l'assaut des nations: Yougoslavie, Ethiopie (avec une collaboration de Joseph Vansy)*, Paris, L'Harmattan.
- ANDERSON, Perry (1995). "Balanço do liberalismo". In SADER, Emir e GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais no Estado democrático*. Rio de Janeiro, Paz e Terra,
- BETTELHEIM, Charles e SWEEZY, Paul (1972). *Sociedades de transição, lutas de classes e ideologia proletária*. Porto, Portucalense.
- BIHR, Alain (1998). *Da Grande Noite à Alternativa*, São Paulo, Boitempo, 1998.
- _____(2001). "Os desafios atuais do movimento operário", *Lutas Sociais*, 7.
- CHESNAIS, François e JÉRÉMIE, (2001). "Notes de réflexions". *Carré Rouge*, 19.
- Chossudowsky, Michel (1999). *A globalização da pobreza*, São Paulo, Moderna.
- DUMENIL, Gérard e LÉVY, Dominique (orgs.) (1999). *Le Triangle Infernale: crise, mondialisation, financiarisation*, Paris, PUF/Actuel Marx, 1999.
- FERRO, Marc (2002). "Entrevista". *Folha de S. Paulo*, 25/12/01.
- GALVÃO, Andréia (2001). "Relembrando dezembro: o debate sobre as greves francesas de 1995". *Lutas Sociais*, 8.
- Linhart, Robert (1978). *L'Établi*. Paris, Éditions de Minuit.
- MONCLAIRE, Stéphanie (2001). « Democracia, transição e consolidação : precisões sobre conceitos bestializados ». *Revista de Sociologia e Política*, 17.
- Noctiummes, Tania e Page, Jean-Pierre (2001). "La croisade de George Bush Junior". In VVAA. *L'empire em guerre*. Paris, Les Temps des Cerises.
- RAMONET, Ignacio (2002). "Adieu libérés". *Le Monde Diplomatique*, jan/02.
- RODRIGUES, Miguel U. (2002). "Entrevista". *Princípios*, 63.
- ROGALSKI, Michel (2001). "Internacionalistas e novos mundialistas: a grande convergência após Seattle". *Lutas Sociais*, 7.
- SANTOS, Arioaldo O. (1999). "O 'novo modelo americano': dos empregos MC Donald's à greve dos teamsters (UPS)" *Lutas Sociais*, 6.
- SEOANE, José e TADDEI, Emilio (orgs.). (2001). *Resistências mundiais: de Seattle a Porto Alegre*. Petrópoles, Vozes, 2001.
- SILVA, Ricardo (1995). "Democracia delegativa ou vicissitudes da transição?". *Revista de Sociologia e Política*, 4/5.

procedimentos e objetivos) internacionalista da história do Brasil. Muitos entendem o FSM como processo e não como eventos. Todo processo é contraditório e seus desdobramentos dependem, em larga medida, de quem (e como) nele está envolvido.

VAKALOULIS, Michel (org.). (1999). Travail salarié et conflit social, Paris, Actuel Marx/PUF, 1999.

VITULLO, Gabriel (2001). « Transitologia, considologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica ». Revista de Sociologia e Política, 17.

WALLERSTEIN, Immanuel (2001). “Cuidado! Estados Unidos podría prevalecer”. La Jornada, 29/8/01.